

ALÉM DO DIAGNÓSTICO: DESENVOLVENDO POTENCIAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Solange Aparecida da Cunha SAKAMOTO, Universidade do Oeste Paulista-UNOESTE

Eixo temático: Políticas e práticas para a formação de professores na perspectiva da
acessibilidade e inclusão.

profsol30@hotmail.com

Resumo

Este trabalho relata uma experiência vivenciada por uma professora em sua primeira atuação com crianças com necessidades especiais. O objetivo foi proporcionar aprendizagem significativa para uma menina de 10 anos com múltiplas deficiências, incluindo deficiência auditiva, deficiência intelectual, dificuldades motoras e problemas de visão. A experiência ocorreu em um atendimento individual em uma sala de recursos no município de Assis no início do ano de 2013. Durante o desenvolvimento das ações, que incluíam introduzir o uso da Libras na comunicação da criança, a professora percebeu que a eficácia do resultado depende de um trabalho amplo que envolva a família e todos os outros contextos que a criança vivencia, além da necessidade de uma educação mais inclusiva que proporcione situações de aprendizagem significativas para todos os alunos da sala. Os resultados da experiência foram surpreendentes, pois a garotinha demonstrou uma capacidade de aprendizagem que não era esperada de acordo com seu laudo. As implicações para a prática são a importância de um trabalho amplo e inclusivo para proporcionar aprendizagem significativa e a necessidade de uma educação mais abrangente que proporcione situações de aprendizagem significativas para todos os alunos da sala.

Palavras-chave: Necessidades Especiais. Inclusão. Potencialidade.

1. Introdução

A educação inclusiva é uma temática fundamental no contexto educacional contemporâneo. A inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares tem sido amplamente discutida e defendida em todo o mundo.

Este trabalho explora a evolução histórica desse processo, destacando eventos cruciais como a Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994, que promoveram a educação inclusiva como um direito fundamental. A Constituição Federal de 1988 também desempenha um papel importante, garantindo a igualdade de condições de acesso à educação para todos os alunos.

A fundamentação teórica ressalta a necessidade de compreender as necessidades individuais dos alunos e a importância da comunicação, especialmente para aqueles com deficiência auditiva, com ênfase na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Além disso, discute-se a influência da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015 como um marco na promoção da inclusão educacional.

Este relato de experiência visa ilustrar a importância e os desafios da educação inclusiva, destacando um fato ocorrido com uma aluna com múltiplas deficiências e os obstáculos enfrentados em seu processo de aprendizagem. Este trabalho busca destacar a complexidade da inclusão escolar e a importância de considerar as potencialidades individuais de cada aluno, independentemente de diagnósticos ou laudos, na busca por uma educação inclusiva e igualitária.

2. Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica deste trabalho se baseia na importância da inclusão escolar e na necessidade de um trabalho amplo que envolva a família e todos os outros contextos que a criança vivencia. O processo educacional inclusivo no Brasil tem sido assunto de grandes dúvidas e discussões no contexto atual. Mas esse processo não é novo, ele iniciou-se com mais ênfase na década de 1990, quando os alunos especiais passaram a receber educação juntamente com os demais à partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida na cidade de Jomtien na Tailândia, realizada em 1990, contou com a participação de várias organizações, entre elas UNESCO e UNICEF, sendo considerada um marco histórico na definição de políticas públicas com objetivo de estabelecer compromissos mundiais de educação igualitária para uma vida digna, correspondente à satisfação das necessidades em relação à aprendizagem.

Em 1994, foi realizada em Salamanca na Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que ficou conhecida como Declaração de Salamanca, a qual assegura a toda criança o direito à educação, trazendo mudanças e transformações significativas no sistema educacional existente, demandando que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante de tal sistema.

A própria Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 206, inc. II “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” para todos.

A inclusão escolar é um direito fundamental de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências (UNESCO, 1994). No entanto, a implementação bem-sucedida da educação inclusiva requer uma compreensão profunda das necessidades individuais dos alunos e a criação de ambientes que promovam a aprendizagem para **todos**. A comunicação é uma parte essencial da educação inclusiva,

especialmente para alunos com deficiência auditiva. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha um papel crucial na comunicação e no aprendizado de alunos surdos (Skliar, 1999). A aprendizagem de Libras deve ser incentivada desde cedo, proporcionando às crianças surdas uma base linguística sólida (Quadros, 2004).

A inclusão escolar é um processo que visa garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação para todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades específicas. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que haja um trabalho conjunto entre a escola, a família e a comunidade, a fim de garantir que o aluno com necessidades especiais tenha acesso a uma educação de qualidade e que possa desenvolver todo o seu potencial. Isso porque a aprendizagem não acontece apenas na escola, mas também em casa, na comunidade e em outros contextos sociais. Portanto, é fundamental que a escola trabalhe em conjunto com a família e a comunidade, a fim de garantir que o aluno com necessidades especiais tenha acesso a uma educação de qualidade em todos os contextos em que está inserido.

A Lei n.º 13.146¹ de 6 de julho de 2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, veio complementar trazendo em seu capítulo IV, art. 27º, que: “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades”.

A lei reforça ainda sobre o dever do estado, família e comunidade escolar, garantia de condições de acesso e permanência, formação continuada de professores, entre outros.

Mantoan (2017) aborda o tema da inclusão escolar, discutindo as transformações necessárias para garantir o acesso, permanência e participação de todos os alunos na escola, independentemente de suas diferenças, destacando a importância de adotar novos referenciais teórico-metodológicos e práticas escolares que valorizem a diversidade e explorem as potencialidades de cada aluno. Além disso, ela critica o modelo médico de deficiência, que define as possibilidades da pessoa com deficiência a partir de um sujeito universal, e defende a adoção de um modelo social de deficiência, que reconheça a deficiência como uma construção social e promova a inclusão de todos os alunos na escola. De acordo com a autora um dos principais desafios enfrentados pelas escolas na inclusão de alunos com deficiência é a identificação e orientação do que fazer para atender ao caso específico de cada estudante considerado "de inclusão".

¹ Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): Também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, esta lei é uma legislação ampla que estabelece direitos e garantias para as pessoas com deficiência no Brasil. Ela aborda questões de acessibilidade, igualdade de oportunidades, educação inclusiva, trabalho, saúde, mobilidade, entre outros.

"A passagem que temos de fazer de uma escola que celebra a competência e as capacidades de alguns, para aquela que vai encarar as capacidades de todos, com suas variações imprevisíveis, incontáveis, é estreita, incômoda, exigente." (Mantoan, 2017, p. 42)

3. Procedimentos Metodológicos

O relato de experiência apresentado aqui refere-se a um período em que a autora atuou como professora de uma sala de recursos destinada a alunos com necessidades especiais no município de Assis no ano de 2013. Entre os alunos atendidos, estava uma menina de 10 anos com múltiplas deficiências, incluindo deficiência auditiva, deficiência intelectual, dificuldades motoras e problemas de visão.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho foram baseados em uma abordagem construtivista, uma vez que a professora ignorou o laudo que dizia que a criança não poderia aprender conteúdos escolares e que seus conhecimentos deveriam ser focados em atividades de vida diária como escovar os dentes, usar o vaso sanitário entre outros. Inicialmente a professora tratou de ensinar à menina as letras de seu nome em libras e em língua portuguesa, utilizando o alfabeto móvel e datilologia e ao perceber o interesse da criança pelo uso de libras a professora resolveu introduzir os sinais de cores em Libras, buscando naquele momento recursos que fossem significativos para a estudante.

Havia na sala vários materiais disponíveis, inclusive um computador, naquele momento sem internet, recurso ao qual a criança ainda não demonstrava interesse, provavelmente por não conhecer em casa ou na sala regular, ou seja, não ter sido oportunizada a interação dela com aquele recurso. Sendo assim, a professora resolveu introduzir o ensino das cores em libras, iniciando com um material bem concreto disponível e acessível em qualquer lugar, uma caixa de lápis de cores. Um a um a professora foi retirando os lápis da caixa e colocando num copinho plástico. A cada cor manipulada a professora mostrava seu sinal em libras para a criança, passando para o próximo. Num segundo momento a professora refez a atividade, mas desta vez pedindo que a menina repetisse o sinal da cor em questão. No terceiro momento a professora iria pedir à criança que fizesse o sinal da cor que ela (a docente) estava segurando, mas surpreendentemente a menina decidiu por conta própria retirar os lápis do pote e fazer seus sinais em Libras. A princípio não se lembrava de todos da primeira vez, mas conseguiu memorizar alguns, mostrando com alegria aos seus colegas a sua conquista.

A frustração veio mais tarde, quando a avó da criança ligou querendo saber o que aconteceu, pois a menina ao chegar em casa mostrou orgulhosa para a avó um imã na geladeira e fez um sinal em libras, a avó ficou perdida, sem entender o que a criança queria. Ao entender que não foi compreendida, que ainda não conseguia se comunicar com todos a criança entrou em surto, arrancando e atirando na parede todos os imãs da geladeira, precisando ser contida por outro familiar. Avó pediu que não fosse mais ensinado língua de sinais para a criança, mas a professora continuou ensinando e duas semanas depois a menina deixou de frequentar a sala de recursos. Ela vinha de uma cidade vizinha e a avó justificou que não tinha mais como esperar o transporte e que ela retornaria no ano seguinte.

Durante o desenvolvimento das ações, a professora percebeu a importância de um trabalho amplo que envolva a família e todos os outros contextos que a criança vivencia, além da necessidade de uma educação mais inclusiva que proporcione situações de aprendizagem significativas para todos os alunos da sala.

4. Resultados e Discussão

Durante os atendimentos, percebeu-se a importância de adaptar as estratégias de ensino de acordo com as necessidades individuais da aluna. A introdução do ensino das cores em Libras revelou-se uma estratégia eficaz, pois aproveitou o interesse e a disposição da aluna para aprender.

O caso dessa aluna ilustra a importância de não limitar as expectativas com base em diagnósticos, ou seja, um diagnóstico desse nível não pode sempre ser interpretado ao pé da letra. Precisamos testar, oportunizar todos os estudantes a vivenciarem experiências, desde que não colocamos em risco sua segurança. A criança demonstrou capacidade de aprendizado e comunicação, apesar das deficiências diagnosticadas. Isso ressalta a necessidade de abordagens inclusivas que valorizem as potencialidades de cada aluno.

A abordagem construtivista na educação é fundamentada na ideia de que os alunos constroem ativamente seu conhecimento através da interação com o ambiente, os colegas e os materiais de aprendizado. Essa abordagem coloca ênfase no papel ativo do aluno na construção do conhecimento, em oposição à simples absorção passiva de informações. Quando aplicada corretamente, a abordagem construtivista pode proporcionar experiências significativas de aprendizado para os alunos. No aprendizado ativo os alunos são encorajados a explorar, investigar e descobrir conceitos por si mesmos. Isso os coloca no centro do processo de aprendizado, tornando-o mais

significativo, uma vez que eles têm a oportunidade de fazer conexões pessoais com o conteúdo.

5. Conclusões

Este relato de experiência destaca a complexidade da educação inclusiva e a importância de não subestimar o potencial dos alunos com necessidades especiais. A partir da experiência relatada neste trabalho, é possível concluir que a inclusão escolar é um processo fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação para todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades específicas. No entanto, para que a inclusão seja efetiva, é necessário que haja um trabalho conjunto entre a escola, a família e a comunidade, a fim de garantir que o aluno com necessidades especiais tenha acesso a uma educação de qualidade em todos os contextos em que está inserido. Além disso, é importante destacar a importância de uma educação mais inclusiva que proporcione situações de aprendizagem significativas para todos os alunos da sala. Isso pode ser alcançado por meio de estratégias pedagógicas que levem em consideração as diferenças e necessidades específicas de cada aluno, bem como por meio de um trabalho amplo que envolva a família e todos os outros contextos que a criança vivencia. A aprendizagem de Libras é um exemplo de como a adaptação das estratégias pedagógicas pode abrir oportunidades significativas de aprendizado para alunos surdos, mas se o estudante é deficiente visual, cabe ao professor ampliar a fonte das atividades, se o educando não segura um papel muito fino cabe ao professor engrossar o papel e assim por diante. Com o avanço dos recursos digitais que temos atualmente é possível oportunizar ao estudante o contato com diferentes conhecimentos como a Libras, o braile, fichas de comunicação alternativas ampliadas com personagem escolhido pelo estudante e até mesmo conhecimentos de outros idiomas ou conteúdos que o docente não domina, mas pode oferecer aos estudantes por meio dos recursos digitais, uso de plataformas específicas, sites confiáveis, etc.

Por fim, é fundamental que os profissionais da educação reflitam sobre a importância de um laudo e como ele pode limitar a potencialidade de um aluno. É necessário que sejam considerados outros fatores, além do laudo, para que se possa compreender o potencial de cada aluno e garantir que ele tenha acesso a uma educação de qualidade. Já não é possível trabalhar com educação atualmente, da mesma forma que se trabalhava no passado. É necessário que se aprenda, faça testes, experimente o

novo. O aluno de hoje quer inovação tecnológica, uma ferramenta essencial para o engajamento de todos num aprendizado mais significativo.

6. Principais referências

Brasil. Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa Com Deficiência. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 de set. de 2023.

Brasil. República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil e Constituição do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

Brasil. Constituição Federal de 1988. São Paulo: Editora Saraiva, 18ª ed, 1998.

Mantoan, M.T.E. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4030/3366> . Acesso em: 08 de set. de 2023.

Quadros, R. M. Educação de Surdos: A aquisição da linguagem. Editora Autores Associados, 2004.

Skliar, C. A surdez: Um olhar sobre as diferenças. Revista Brasileira de Educação, 11(11), 5-15, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos: Satisfação Para As Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em 26 de set. de 2023.